

1

## Ata da trigésima primeira Reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI

2 Às dez horas e 18 minutos do dia três de junho de dois mil e dezenove (03/06/2019) deu-se início na FAPEMIG  
3 - Av. José Cândido da Silveira, 1500 - Horto Florestal, Belo Horizonte - MG, a **trigésima primeira reunião**  
4 **ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação** (CT-EI) do Comitê Interfederativo (CIF) que visa à  
5 recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de  
6 Fundão em Mariana-MG. A reunião iniciou com abertura e apresentação do Sr. Carlos Romualdo/INDI,  
7 posteriormente houve rodada de apresentações dos presentes. **Orientações sobre a tabela de custeio**, Laís  
8 Mariano/Secretariado da CT-EI fez breve explicação sobre o preenchimento da planilha de custeio nomeada  
9 como “ANEXO 02 - Form. de solicitação de demanda\_sistema CIF\_rev.2” e reforçou a importância de seguir  
10 os prazos estabelecidos pelo setor. Após esclarecimentos, Mirna/MAPA solicitou a planilha atualizada de  
11 membros oficiais da CT-EI. **Ressarcimento (PG-42):** Sobre o Programa de ressarcimento gastos  
12 extraordinários municipais, Carlos Romualdo/INDI informou que o valor pago aos municípios até 12/04/2019  
13 era de R\$ 34.373.439,51 o que equivale a 63% do total, com 31 Municípios atendidos até 12/04/2019,  
14 equivalente a 77% do total e esclareceu que alguns municípios receberam os valores, devido a ação no Reino  
15 Unido e outros ainda estão em divergência em relação a esse recebimento e solicitou atualização do caso  
16 por parte da Fundação Renova. Paulo Rocha/FR informou que o pagamento à Prefeitura de Resplendor seria  
17 feito no dia 3 de junho e que a negociação com a Prefeitura de Colatina está terminando. Em relação aos  
18 demais municípios ele esclareceu que o setor de Relações Institucionais da Fundação Renova está  
19 trabalhando fortemente neste sentido e que não existe mais desacordos em relação ao termo de quitação,  
20 o termo de quitação foi o que provocou a grande polemica em relação ao ressarcimento. Ele reforçou que a  
21 prefeitura interessada em receber o ressarcimento pode procurar a Fundação Renova e que em até 48 horas  
22 os valores são liberados e esclareceu que todos os esforços possíveis neste sentido já foram realizados pela  
23 Fundação Renova e questionou à CT-EI se houve algum encaminhamento sobre o tema no último CIF de  
24 maio. Paulo Rocha/FR reforçou que os recursos estão disponíveis e considerou que cabe a CT-EI e ao CIF  
25 tomar alguma decisão e posicionamento. Após questionamentos sobre o ofício emitido pela Prefeitura de  
26 São José do Goiabal, Paulo/FR esclareceu que a Fundação Renova não considerou justo o pagamento aos  
27 municípios com a correção do IPCA e que este posicionamento foi informado. Ele considerou que alguns  
28 municípios haviam assinado o termo de quitação e posteriormente voltaram atrás solicitando a correção.  
29 Após questionamentos sobre a negociação do ressarcimento total em Linhares, Paulo Rocha/FR informou  
30 que a relação tem sido mantida pela equipe de relações institucionais e esclareceu que até o momento a  
31 Prefeitura de Linhares não se dispôs a assinar de termo de quitação. Margareth Saraiva/SEAMA considerou  
32 que as tratativas referentes aos municípios de Linhares, Colatina e Regência estão muito demoradas e  
33 solicitou que a Fundação Renova apresente a título de informação, um ofício descrevendo quais são as  
34 dificuldades encontradas neste sentido. Ela informou que solicitará aos municípios parecer sobre os gargalos  
35 que dificultam essa negociação. Sobre o item Esclarecimentos Definição do programa, Paulo Rocha/FR  
36 esclareceu que na reunião da CT-EI de fevereiro, foi discutida a hipótese de não ser necessário ter um  
37 documento de definição do PG 42 e 20, isso porque pelas deliberações e indicadores existentes e também  
38 pelos acordos definidos dentro da CT percebeu-se que não seria necessário definir objetivos, metas,  
39 indicadores, ou seja, o que basicamente esses documentos de definição determinam. Ele esclareceu que ao  
40 discutir recentemente este assunto com a nova coordenação e internamente na FR, percebeu-se a  
41 necessidade em colocar os temas em pauta, visto que estes programas são uns dos mais importantes entre  
42 todos os outros. Por isso, a FR trouxe esse assunto para discussão e informou que caso a CT-EI concordasse,  
43 seriam criados os documentos de definição e reforçou que para criar a definição do PG-42 seria necessário  
44 discutir outros assuntos. Paulo Rocha/FR considerou necessário definir um prazo para que os municípios se  
45 manifestassem com novos pleitos de ressarcimento, neste sentido, a CTEI se opôs a definir uma data limite  
46 para apresentação de novos pleitos de ressarcimento e definiu que a análise será feita com base no  
47 documento de definição do programa correspondente. Após questionamentos, ficou definido que a  
48 Fundação Renova protocolará as definições dos PGs 18, 20 e 42 para análise da CTEI e enviará também o  
49 status dos ressarcimentos dos municípios. **Aquícolas e Pesqueiras (PG16):** Alejandro/SEAG-ES informou que  
50 houve uma reunião extraordinária convocada pela CT-Bio para discussão da NT n° 33 elaborada pela CT-  
51 SHQA, esta nota trata da contaminação do pescado na Foz e na Calha do Rio Doce, ele esclareceu que a

52 situação é muito complexa, visto que a Anvisa se posicionou contrária, ou seja, ela considerou que poderia  
53 haver o consumo de até 200g de pescado por dia. Visto isso, o Sr. Alejandro/SEAG questionou como será  
54 afirmada a liberação ou proibição do consumo do pescado. Ele afirmou que na discussão do último GT-Pesca  
55 definiu-se duas coisas, sendo: não há definição exata sobre o pescado e que é necessário interação entre ES  
56 e MG neste sentido. Posteriormente, ele fez breve relato sobre a ATEPA – Assistência Técnica e Extensão  
57 para Pesca e Aquicultura que tem como objetivo integrar as demandas de MG e ES relacionadas ao Programa  
58 da Pesca. Segundo ele, a proposta de constituição da ATEPA e o respectivo fundo para executá-la já estão no  
59 Compliance da Fundação. Margareth Saraiva/SEAMA considerou que a retomada da pesca e a retomada das  
60 atividades agropecuárias serão um grande desafio para todos, em especial porque o primeiro programa  
61 estruturado pelo Sistema CIF foi o de implantação do sistema de monitoramento quali-quantitativo de águas  
62 e sedimentos que envolve diversos responsáveis. Ela informou que a primeira nota que cruza a legislação  
63 para dizer as possibilidades de uso para as atividades agropecuárias, incluindo a pesca, acende um sinal  
64 vermelho muito grande e considerou que o GT-Pesca já vinha colocando algumas premissas e que uma das  
65 preocupações estava ligada a utilização de tanques e a necessidade de analisar a qualidade da água que teve  
66 o arsênio como um dos limites extrapolados e que por isso, a recomendação de acordo com a legislação, era  
67 de suspensão da pesca. Ela informou que a ANVISA tem desde 2016, uma portaria que proibiu a  
68 comercialização no estado do Espírito Santo, porém a capacidade de fiscalização é resumida e reforçou que  
69 o acordo é de que a Fundação Renova daria os meios e que os governos trabalhariam no seu papel de  
70 polícia/fiscalização. Margareth Saraiva/SEAMA considerou que é necessário precaução e cautela, mesmo  
71 com a necessidade de dar respostas e que qualquer decisão em relação à retomada da Pesca, tem que  
72 responder aos questionamentos ambientais que estão postos. Após amplo debate, percebeu-se a  
73 necessidade de uma definição mais clara da atuação do GT-Pesca. Os representantes do MAPA consideraram  
74 que o principal problema é a retomada econômica da pesca, neste sentido, sugeriram que seja definido um  
75 novo arranjo para atuação do GT-Pesca e que posteriormente seja submetido ao CIF uma proposta da nova  
76 atuação deste GT. Paulo Rocha/FR informou que a Fundação Renova entende que a temática econômico-  
77 social tem sido pouca abordada na pauta do GT-Pesca e entende-se muito claramente o posicionamento da  
78 CT-EI em esperar para ver os resultados da qualidade da água e do pescado, para avançar efetivamente com  
79 algum tipo de atividade. Ele enxergou com bons olhos o retorno deste tema para a CT-EI e considerou que a  
80 CT-EI é o principal espaço para discutir essa agenda e que o GT-Pesca é um espaço para que as diferentes  
81 câmaras para chegar em algum entendimento e compartilhar as informações, entretendo a solução para o  
82 problema social vai se dar a partir do trabalho da CT-EI e reforçou que independentemente da situação que  
83 se encontrar o pescado e de ser factível ou não a retomada da atividade econômica na escala que era feita  
84 antes, a discussão e solução do problema deverá ser encontrado na CT. Ele considerou também que existe  
85 outro problema neste sentido em relação a todo o universo de pessoas que se cadastraram como pescadores  
86 e que de fato forem, o Rio nunca comportaria todo o fluxo de pesca que pudesse acontecer, então existe  
87 uma outra gama de atividades que tem um caráter de desenvolvimento social. Neste sentido, ele considerou  
88 importante que esse tema seja discutido prioritariamente na CT-EI e sugeriu que a CT eleja alguns dos seus  
89 membros como membros titulares no GT-Pesca e que essas pessoas possam acompanhar e trazer os relatos  
90 das reuniões para a CT-EI, mas que independe disso possa se construir entre FR e CT-EI, algumas estratégias  
91 para abordar a diversificação das atividades dessas pessoas ligadas a pesca. Posteriormente, houve  
92 apresentação da nova gerente dos programas socioeconômicos da Fundação Renova. Após questionamentos  
93 sobre os pescadores que continuam a pescar, a CT-EI sinalizou que vai pedir os números do Programa da  
94 Pesca, nos mesmos moldes que o MAPA solicitou para o Programa de Retomada das Atividades  
95 Agropecuárias (correlação com Cadastro, Indenizações, Auxílio Financeiro, etc). Ronaldo Luiz/Comissão de  
96 Naque relatou a situação dos pescadores da região de Naque e questionou quem comprará o pescado caso  
97 seja permitido voltar a praticar a pesca e considerou que não há possibilidade em retornar com as atividades  
98 visto que ninguém comprará a pescado. Mirna/MAPA informou que solicitará a Fundação Renova números  
99 do Programa da Pesca e solicitou que a SEAG e SEAPA informem quais as informações necessárias referentes  
100 a este assunto, para posteriormente gerar um documento único e enviá-lo à Fundação Renova com  
101 estabelecimento de prazo. Eduarda/IJSN questionou o sistema de Governança estabelecido e se ele tem  
102 ajudado a encontrar as soluções para os problemas dos municípios atingidos. Ela considerou que é necessário  
103 haver transversalidade entre as CTs. Antônio Carlos/Comissão de Santa Cruz informou que se preocupa com

104 as discussões realizadas no GT-Pesca visto que não há presença de nenhum representante dos órgãos  
105 ambientais no campo, para conhecer a realidade e considerou equivocada a nota apresentada pela Anvisa,  
106 pois é impossível se alimentar do pescado sem de fato saber o que poderá acontecer com a saúde em um  
107 espaço de tempo. Ele criticou veementemente a falta de indenizações aos proprietários rurais na região de  
108 Rio Doce e Santa Cruz. Lucas Scarascia/FR relatou os assuntos do GT-Pesca que são também discutidos no  
109 âmbito de outras Câmaras Técnicas. Após a sugestão da Fundação Renova de fazer campanhas de marketing  
110 e divulgação em massa a respeito da resolução da ANVISA que autoriza o consumo do pescado com certas  
111 restrições, a CTEI considerou unanimemente que não é o melhor momento para esta divulgação. **Programa**  
112 **de Inovação (PG15):** Rafael Pessoa/FAPEMIG fez uma breve apresentação sobre a nota técnica elaborada em  
113 análise ao Projeto Inove Mariana e concluiu que é necessário identificar as reais necessidades e vocações de  
114 Mariana e região, aproximar a iniciativa das ICTs atuantes na região, detalhar o cronograma físico financeiro  
115 – o projeto tem previsão para ser executado em 5 anos, mas é demonstrado apenas 3 anos de execução  
116 orçamentária e articular as ações deste projeto com o “PG18 - Diversificação da Economia Regional” e o  
117 “PG20 Recuperação de Micro e Pequenos Negócios”. Após questionamentos, Paulo Rocha/FR considerou  
118 que houve uma falha na comunicação da CT-EI nos últimos meses e esclareceu que a proposta do Projeto  
119 Inove Mariana foi substituído pelo Projeto Casa do Empreendedor e que essa informação foi passada na  
120 última CT-EI que aconteceu em Vitória. Após esclarecimentos, ele informou que a nova versão do Projeto  
121 Casa do Empreendedor foi protocolada na CT-EI para análise. Neste contexto, Julio Vasconcelos/Prefeitura  
122 de Mariana informou que este projeto tem total apoio da Prefeitura de Mariana e esclareceu que o município  
123 possui grande urgência para realização dele. Após sugestão de trazer os comerciantes de Mariana para a  
124 próxima CT-EI para discussão do projeto, os membros da CT-EI consideraram que o contato tem que ser no  
125 próprio município e que o projeto ainda está em análise e por isso é necessário aguardar aprovação da  
126 Câmara Técnica. Após questionamentos, foi definido a FAPES e FAPEMIG como os órgãos que analisarão o  
127 projeto “Casa do Empreendedor” e emitirão NT a respeito. A Fundação Renova enviará a FAPES e FAPEMIG  
128 a definição do PG-15. Estímulo à Contratação Local (PG20): Emanuel Marra/SEDESE apresentou brevemente  
129 a avaliação do Relatório Executivo do Programa de Estímulo à Contratação Local de 2018 e solicitou ajuda da  
130 equipe técnica do INDI para avaliação dos fornecedores. Ele encaminhará esta NT para contribuições dos  
131 demais membros da CTEI e, posteriormente, para apreciação do CIF. Antônio Carlos/Comissão de Santa Cruz  
132 considerou desconcertante situação de solicitar aos não membros da CTEI que se afastassem da mesa e  
133 declarou que não estão sendo contratados pessoas atingidas e que há gastos exorbitantes em algumas obras  
134 da região de Santa Cruz. Ele questionou os números de contratação local em Rio Doce e Santa Cruz do  
135 Escalvado apresentados pelo líder das obras de Candonga e mencionou sobre areeiros que estão paralisados  
136 e à inflação do preço da areia na região, relatando que o areeiro mais próximo está a 68 km de Rio Doce e  
137 Santa Cruz do Escalvado, aumentando muito o preço do frete e o custo final da areia. Neste sentido, a  
138 representante da Fundação Renova esclareceu que a respeito da contratação de fornecedores locais, houve  
139 dificuldade de atender por não tem empresas cadastradas ou com pontuação suficiente para a contratação  
140 e que o setor de suprimentos estão focados em auxiliar às empresas a se cadastrarem e declarou que a  
141 mobilização das empresas não cadastradas ainda não foi feita. Paulo Rocha/FR informou que os municípios  
142 pequenos acabam apresentando distorções em relação as contratações e que o sistema acaba atendendo  
143 mais as sedes e menos os distritos e esclareceu há uma intenção da Renova em abrir pontos de  
144 cadastramento de pessoas e empresas nestes distritos. Em relação aos areeiros, ele esclareceu que alguns já  
145 voltaram a operar ao longo de todo território e que está ocorrendo uma reestruturação do plano de  
146 retomada dos areais. Ele comentou o caso específico dos 3 areeiros da região e considerou que eles foram  
147 os mais afetados e que devido as condições diferentes eles precisam ser trabalhados e informou que poderá  
148 apresentar para CT-EI o status das indenizações referentes a este caso. Franklin Moreira/CEMIG considerou  
149 que a CT-EI deve ser um espaço de construção, que é importante a presença dos atingidos e que também é  
150 necessário ter prazo para atender demandas menores, posteriormente houve grande debate sobre o tema.  
151 Após questionamentos, Paulo Rocha/FR informou 70% da mão de obra tem que ser local, a exceção de  
152 empresas de fora do Brasil, ou casos fora da curva e que será criado um portal de transparência que trará  
153 estes dados ainda no meio do ano e os dados serão por município. Neste contexto, após solicitação, ficou  
154 definido que a Fundação Renova enviará o relatório de contratação local detalhado por estado e município.  
155 **Retomada Atividades Agropecuárias (PG17):** Lucas Scarascia/FR esclareceu que a primeira versão da

156 definição do PG-20 foi protocolada no CIF em maio de 2017 e que depois disso foram recebidas 3 Notas  
 157 Técnicas a respeito e com base nelas o programa foi reescrito e posteriormente o PRAA aprovado com 2  
 158 ressalvas. Ele informou que a devolutiva do PASEA vem como uma comunicação e tem o objetivo de dar mais  
 159 coesão e coerência no diálogo com os produtores rurais atingidos entre Fundão e Candonga e apresentar a  
 160 proposta de cada propriedade rural. Ele apresentou os principais grupos de interesse e a agenda prevista  
 161 para devolutiva do PASEA. Posteriormente, foi apresentado o detalhamento da cartilha criada para facilitar  
 162 o entendimento sobre o PASEA e a cartilha individual com descrição das ações e realidade da propriedade  
 163 de cada atingido, houve debate e ficou definido que o Termo de Anuência do PASEA deve ser submetido à  
 164 análise jurídica da CT-EI (EMATER) e o Termo de Anuência da ATER deve ser um termo à parte e específico.  
 165 Mirna/MAPA solicitou que a Fundação Renova envie cronograma detalhado, com datas, horários e locais, da  
 166 agenda de devolutiva do PASEA nos territórios, ela reforçou que o termo de adesão deve passar por alguma  
 167 análise jurídica por se tratar ATER com limite de horas, sendo que a ela teria um termo próprio e reforçou a  
 168 necessidade em se ter cuidado no termo quando citar estes detalhes no termo de adesão. Ela solicitou  
 169 também que os dois formatos das cartilhas do PASEA (coletiva e individual) sejam levados à CTEI e ao GT-  
 170 Agropec para contribuições até o dia 12 de junho de 2019. Ana Vaz/Rosa Fortini questionou se as ações que  
 171 serão feitas nas propriedades serão descontadas dos gastos compensatórios ou reparatórios e Lucas/FR  
 172 informou que as ações não serão descontadas de nenhum recursos. Posteriormente, houve grande  
 173 questionamento sobre a demora do início das demandas do PASEA e em resposta Lucas Scarascia/FR  
 174 informou que não dá para dar uma previsão de quando as ações serão iniciadas até que a contratação da  
 175 empresa responsável aconteça e afirmou que o processo de contratação está no final, ele esclareceu que é  
 176 necessário aguardar posicionamento da CT Rejeitos para conciliar com as ações do PASEA. Após discussão,  
 177 foi solicitado que a Fundação Renova envie o cronograma das ações do PG-17 à jusante de Candonga.

178  
 179 Encaminhamentos:

180

Item	Ação	Prazo	Responsável
31.1	Enviar a planilha atualizada de membros oficiais da CT-EI.	-	Coordenação da CT-EI
31.2	Apresentar, a título de informação, um ofício descrevendo quais são as dificuldades encontradas para dar tratativas de ressarcimento junto aos municípios de Linhares, Colatina e Regência.	-	Paulo Rocha/Fundação Renova
31.3	Solicitar aos municípios parecer sobre os gargalos que dificultam a negociação de ressarcimento.	-	Margareth Saraiva/SEAMA
31.4	Protocolar as definições dos PGs 18, 20 e 42 para análise da CTEI.	-	Paulo Rocha/Fundação Renova
31.5	Enviar o status dos ressarcimentos dos demais municípios.	-	Paulo Rocha/Fundação Renova
31.6	Solicitar a Fundação Renova números do Programa da Pesca.	-	Mirna Corrêa/MAPA
31.7	Informar quais as informações necessárias sobre o Programa da Pesca, para posteriormente gerar um documento único da CT-EI e enviá-lo à Fundação Renova com estabelecimento de prazo.	-	SEAG e SEAPA

31.8	Enviar a FAPES e FAPEMIG a definição do PG-15.	-	Paulo Rocha/Fundação Renova
31.9	Encaminhar a nota técnica sobre o Estímulo à Contratação Local (PG20) para contribuições dos demais membros da CTEI e, posteriormente, para apreciação do CIF	-	Emanuel Marra/SEDESE
31.10	Enviar a CT-EI o relatório de contratação local detalhado por estado e município.	-	Paulo Rocha/Fundação Renova
31.11	Enviar o cronograma detalhado, com datas, horários e locais, da agenda de devolutiva do PASEA nos territórios.	-	Lucas Scarascia/Fundação Renova
31.12	Enviar à CT-EI os dois formatos das cartilhas do PASEA (coletiva e individual) para análise.	12 de junho	Lucas Scarascia/Fundação Renova
31.13	Enviar o cronograma das ações do PG-17 à jusante de Candonga.	-	Lucas Scarascia/Fundação Renova